



Relatório de Observância do Direito de Oposição / 2018

(de acordo com o artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio)

1 - Introdução

A Lei nº 24/98, de 26 de maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição assegura, no seu Artº 1º, às minorias, o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.

De acordo com o disposto no Artº 2º do referido diploma, entende-se como oposição, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.

2. Titulares do direito de oposição

Além das demais entidades mencionadas no artigo 3º do supracitado Estatuto, são **titulares do direito de oposição** os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como, os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

3. Cumprimento do direito de oposição no Município de Torres Novas

No Município de Torres Novas, o PS é o único partido político que detém pelouros e poderes delegados.

Assim, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 3.º da aludida lei n.º 24/98, apenas são titulares do direito de oposição:

- O PPD/PSD, que no mandato 2017-2021 foi eleito para a Câmara Municipal estando representado por um vereador. Ainda, neste mandato, o PPD/PSD foi eleito para a Assembleia Municipal estando representado por quatro membros;

- O Bloco de Esquerda, que no mandato 2017-2021 foi eleito para a Câmara Municipal estando representado por uma vereadora. Ainda, neste mandato, o Bloco de Esquerda foi eleito para a Assembleia Municipal estando representado por três membros;
- A Coligação Democrática Unitária [CDU-PCP-PEV], que no mandato 2017-2021 está representada na Assembleia Municipal por dois membros;
- O CDS-PP, que no mandato 2017-2021, foi eleito para a Assembleia Municipal com a representação de um membro-

De acordo com o mencionado Estatuto do Direito de Oposição e com vista ao cumprimento do disposto na alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 35º, ambas constantes do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, passam a relatar-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

4 - Dos Direitos e Garantias

O Estatuto do Direito de Oposição, no que tange às autarquias locais, consagra o especial reconhecimento aos titulares do direito de oposição:

- Do Direito à Informação
- Do Direito de Consulta Prévia
- Do Direito de Participação
- Do Direito de Depor

5 - Da observância do respeito pelos direitos e garantias

Direito à Informação

Durante o período sobre o qual versa o presente relatório, os titulares do direito de oposição foram regularmente informados pelo órgão executivo e pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, de forma expressa e verbal, da atividade municipal, dos principais assuntos de interesse para o Município, bem como da informação financeira do mesmo.

Independentemente de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição, foram facultadas informações de vária índole, a saber:

- Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores;



- Resposta aos pedidos de informação comunicados pela mesa da Assembleia Municipal;
- Resposta às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos Autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa;
- Remessa à Assembleia Municipal das minutas das atas das reuniões do executivo municipal após a sua realização e das atas das reuniões do Executivo Municipal, após aprovação;
- Informação escrita sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária;
- Informação resumida sobre os processos judiciais pendentes e seu estado;
- Remessa ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de todos os documentos nos termos e prazos solicitados.

Direito de consulta prévia

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5º do já citado Estatuto do Direito de Oposição, foram facultadas aos vereadores e representantes dos partidos políticos na Assembleia Municipal, a título de consulta prévia, propostas do Plano Plurianual de Investimento, do Plano de Atividades Municipais e do Orçamento Municipal, resultando, com a inclusão de algumas das sugestões apresentadas, a sua aprovação dentro dos prazos legais.

Foram facultados, com a antecedência prevista na lei, e em formato digital, a agenda das reuniões do órgão executivo, bem como, todos os documentos instrutórios do processo com vista à competente tomada de decisão.

Foi fornecida a cópia desses documentos, sempre que solicitada, com meios humanos e materiais da Autarquia.

Direito de Participação

No ano de 2018, foram tomadas todas as diligências no sentido de se reunirem as condições exigidas para que os titulares do Direito de Oposição pudessem usufruir, na maior amplitude, do direito decorrente do artigo 6º do supracitado diploma legal (direito de participação).

Foram, igualmente, dirigidos convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais.

Foi, ainda, garantida a distribuição de toda a correspondência remetida à Autarquia e destinada aos vereadores ou aos membros da Assembleia Municipal.

Foi, também assegurado à oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, tendo os mesmos, para tal, apresentado propostas, pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos que foram, consecutivamente, tramitados.

Direito de Depor

Não tendo sido constituída qualquer comissão para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse local, não se verificou, por parte da oposição, o exercício do direito consignado no artigo 8º do já mencionado Estatuto do Direito de Oposição (direito de depor).

6 - Direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto elaborado pelo Órgão Executivo e, a pedido de qualquer desses titulares, pode o respetivo relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 25º da lei nº 75/2013 de 13 de Setembro.

7 - Conclusão

Face ao exposto, pode concluir-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Torres Novas, as condições adequadas ao cumprimento do estatuto do direito de oposição durante o ano de 2018, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da oposição, designadamente:

- A disponibilização, em prazo razoável, de toda a informação solicitada, bem como, a prestação de esclarecimentos sobre assuntos de interesse municipal;

A audição dos partidos políticos representados na assembleia municipal que não fazem parte do órgão executivo, bem como, os que neste não assumem pelouros, poderes delegados ou outras

- formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, sobre a proposta do respetivo orçamento e plano de atividades e demais documentos previsionais.

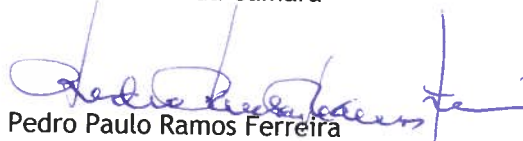
Nestes termos, e em cumprimento do disposto no artigo 3º e do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição e da alínea h) do n.º 2 do artigo 25º da lei nº 75/2013 de 13 de setembro, deverá este relatório ser entregue aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem e, posteriormente, enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Torres Novas e aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição na Assembleia Municipal.

Deverá, ainda, este relatório ser publicado, de acordo com a disposição vertida no n.º 5 do artigo 10º do Estatuto do Direito da Oposição, no Boletim Municipal.

Deverá, igualmente, ser publicado na página da internet do Município.

Torres Novas, 12 de março de 2019

O Presidente da Câmara



Pedro Paulo Ramos Ferreira

